

Mandado de Segurança

@beatriznamiestudies

individual → É ação constitucional p/ a **tutela de direito líquido e certo** do impetrante, quando desrespeitado, ou na ameaça de sê-lo, por ilegalidade ou abuso de direito de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

↳ o mandado de segurança caberá sempre que não for cabível o habeas corpus ou o habeas data, ou seja, quando o direito líquido e certo do impetrante não for sua liberdade e nem seu direito à informação.

▷ **direito líquido e certo**: é aquele demonstrado de plano, de acordo com o direito, e sem incerteza, a respeito dos fatos narrados pelo impetrante.

▷ **NÃO HÁ DILAÇÃO PROBATÓRIA**

↳ pode ser {
preventivo: quando a lesão ainda não tiver ocorrido
repressivo: quando a lesão já ocorreu

▷ impetração sujeita a prazo **DECADENCIAL** de 120 dias a partir da ciência do ato impugnado.

- Não cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade mista e de concessionárias de serviço público.
- Não cabe também contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.

legitimados: pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, domiciliadas ou não no BR, as universalidades reconhecidas por lei, que, embora sem personalidade jurídica, possuem capacidade processual p/ defesa de seus direitos; os órgãos públicos de grau superior, na defesa de suas prerrogativas e atribuições; os agentes políticos na defesa de suas atribuições e prerrogativas; o MP quando o ato atacado emanar de juiz de 1º grau de jurisdição.

quando o direito ameaçado ou violado caber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

@beatriznamiestudies

coletivo → É a ação constitucional prevista pl a tutela de direitos coletivos líquidos e certos, que não sejam amparados por HC e HD.

↳ Tutela sobre os direitos coletivos, individuais homogêneos

↳ pertence a uma categoria, funcionando o impetrante como substituto processual na relação jurídica.

▷ **coletivos**: assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica.

▷ **individuais homogêneos**: assim entendidos os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.

Legitimados: partido político com representação no Congresso Nacional; organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 ano em defesa dos interesses de seus membros ou associados.